

TAXA DE MARINHA UNIÃO COBRA R\$ 82 MIL DE FAMÍLIA DE CARIACICA

Cálculo foi feito com base em área bem maior, diz morador

✎ **KATILAINE CHAGAS**
kchagas@redgazeta.com.br

A família de José Carlos Teixeira Bacchetti, 59 anos, trava há anos uma luta com a União por causa de cobranças relacionadas à ocupação de terreno de marinha. E vive com o medo de que, ao executar as dívidas, perca os poucos bens que os parentes conquistaram ao longo das décadas. A última cobrança, com data para pagamento no próximo dia 12 de junho, é de R\$ 82.197,90.

“No início, meus pais pagavam essas taxas. Hoje, isso é insustentável”, afirma Bacchetti.

Sua família vive no terreno desde a década de 1930. Ele conta que cresceu vendo sua mãe lutar na Justiça contra as cobranças. A dor de cabeça que afetava sua mãe agora é sua companheira, depois da morte dela há três anos.

Bacchetti conta que a cobrança é referente a um terreno de cerca de 90 mil me-

tros quadrados, no bairro Vasco da Gama, em Cariacica. O problema é que ele e uma tia ocupam, em duas casas bem simples, um terreno com tamanho aproximado de quatro mil metros quadrados. “O restante foi todo invadido”, relata Bacchetti, sobre a ocupação dos outros mais de 90 mil metros quadrados por empresas e residências.

Ele quer que a SPU faça pelo menos a revisão do tamanho do local e faça a cobrança proporcional ao tamanho do terreno que é ocupado por ele e sua tia. “Da família mesmo só existe uma pequena área de terra onde permaneço como morador e um pedaço de mangue anexo a este quintal que uma empresa de ônibus tentou invadir”, relatou.

MARINHA

São considerados terreno de marinha áreas com profundidade de 33 metros, medidos horizontalmente, em direção a parte

de terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831. Por isso, não necessariamente quem mora de frente para o mar paga taxa pela ocupação de terreno de marinha. Quem mora em Camburi, por exemplo, não precisa. Mas quem vive em parte do Centro de Vitória, onde há extensa área aterrada, paga.

A estimativa de arrecadação da Superintendência do Patrimônio da União (SPU) é de que este ano o governo federal arrecade no país R\$ 785 milhões com taxas de ocupação e de foro.

Sobre o caso da família de Bacchetti, a SPU aconselhou a conversar com o superintendente no Estado, José Carlos de Oliveira Machado: “Como trata-se de um caso concreto, solicitamos que o interessado entre em contato com a SPU no Espírito Santo e agende um horário para esclarecer melhor o assunto com o superintendente”, informou.



José Carlos Bacchetti mostra a cobrança e teme perder os bens da família

Propaganda em site revolta construção civil

✎ O terreno do jornalista José Carlos Teixeira Bacchetti fica numa área isolada no bairro Vasco da Gama, em Cariacica. De um lado, o vão da segunda ponte. De outro, uma antiga linha de trem. E de nenhum ponto dessa área é possível ver o mar, como induz uma propaganda no site da Secretaria do Patrimônio da União.

Napágina inicial, a mensagem que aparece é “A vista pro mar você tem. Os 10% de desconto você ganha”. Trata-se na verdade de uma propaganda de in-



Anúncio no site da SPU para incentivar pagamento

centivo ao pagamento da taxa de ocupação e foro.

São obrigados a fazer esse pagamento quem faz uso de terreno pertencente à União. São considera-

dos terreno de marinha áreas em uma profundidade de 33 metros, medidos horizontalmente, em direção a parte de terra, da posição da linha do prea-

mar-médio de 1831.

“Absurdo ter uma propaganda dessas. Tenho clientes que moram em apartamento de fundo ou que moram em quarteirões mais para trás e que querem saber se precisam pagar”, ironiza Eduardo Borges, diretor do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo (Sinduscon-ES).

A Superintendência do Patrimônio da União no Estado (SPU-ES) foi questionada sobre o assunto ontem, mas não deu retorno.

COBRANÇAS E PERDAS

Terreno de marinha

▼ Ilha

Um dos argumentos, em Vitória, para que não se pagasse a taxa era de que terreno de marinha em ilha com sede de município não seria da União, com base na Emenda Constitucional 46/2005, que excluiu da lista de bens da União ilhas costeiras com sede em município.

▼ Perda

Mas o Supremo Tribunal Federal decidiu em abril que esse caso não se aplica. Na prática, manteve o entendimento de que terrenos situados a

33 metros a partir do mar em direção continente são de marinha.

As taxas

▼ Taxa de foro

É quando um particular paga pelo domínio útil do terreno e detém 83% dele e a União os outros 17%. É paga anualmente e corresponde a 2% do valor do terreno, excluídas benfeitorias.

▼ Taxa de ocupação

É paga anualmente em caso de ocupação de terreno da União. Corresponde a 2% do valor do terreno, excluídas benfeitorias.